



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 33 | 2014

Iconografia do livro impresso

Notícias sobre a história do papel em Portugal

News about the history of paper in Portugal

João Ruas



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2344>

DOI: 10.4000/cultura.2344

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2014

Paginação: 31-37

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

João Ruas, « Notícias sobre a história do papel em Portugal », *Cultura* [Online], Vol. 33 | 2014, posto online no dia 06 abril 2016, consultado a 21 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2344> ; DOI : 10.4000/cultura.2344

Este documento foi criado de forma automática no dia 21 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Notícias sobre a história do papel em Portugal

News about the history of paper in Portugal

João Ruas

NOTA DO AUTOR

Abreviaturas

ADE – Arquivo Distrital de Évora

AHCB – Arquivo Histórico da Casa de Bragança

BDM II – Biblioteca de D. Manuel II

B – Briquet

G – Gaudriault

H – Heawood

- 1 O presente texto sobre a história do papel em Portugal tem duas notas de fábricas relacionadas com a Casa de Bragança e um terceiro ponto que se refere a quatro marcas de água.
- 2 Uma breve resenha da história do papel conduz-nos desde o século I da nossa era, na China, onde surgiu como matéria de suporte para a escrita e o desenho, até à Idade Média central, quando se torna bastante conhecido na Europa, através dos Árabes, que o transportaram percorrendo a rota da seda.
- 3 A primeira referência a moinhos de papel, no nosso continente, ocorre na Península Ibérica, na Andaluzia, no século XII, ainda sob o domínio muçulmano. No entanto, nos finais do século seguinte, inicia-se em Itália uma produção já com outra consistência, e ao longo do século XIV verifica-se uma expansão desta actividade por todo o espaço europeu.
- 4 Em Portugal são conhecidos os primórdios do fabrico do papel a partir de dois documentos que testemunham essa prática na região de Leiria: uma autorização, datada

de 1411, para Gonçalo Lourenço Gomide instalar um engenho de papel junto ao rio Lis; e outro documento, de 1441, que se refere ao transporte do trapo para os moinhos de Leiria.

- 5 No século XVI temos mais duas notícias; a primeira é a autorização concedida a Manuel de Góis, irmão de Damião de Góis, para produzir papel em Fervença, na região de Alcobaça (1537); a segunda é outra concessão feita a Manuel Teixeira para instalar um moinho de papel em Alenquer (1565).
- 6 O século XVII vai trazer mais duas referências documentais, recolhidas por Sousa Viterbo, e a construção de um engenho de papel em Vila Viçosa (1636).
- 7 A primeira é a petição de Hieronime Agostini de la Torre para produzir papel em Lisboa (1623) e a segunda, um alvará de privilégio outorgado a Pedro Dufour para iniciar a produção de papel, em Tomar (1633).
- 8 Contudo, o caso de Vila Viçosa é o que nos importa, pois, apesar de ainda não termos obtido nenhum resultado seguro da sua laboração, estamos cientes da sua importância porque o edifício ainda existe e esteve em actividade.



Documento onde ficou exarado e assinado, à esquerda, o despacho do Duque.

- 9 O primeiro documento sobre este assunto data de 16 de Janeiro de 1636 (AHCB NNG 678 f. 12) e aprova o local – “o asiento dacenha de entre ambas as aguas” –, onde aliás foi construído, no ponto de encontro das ribeiras do Beiçudo e de Borba.
- 10 Seis meses depois, o Duque D. João II volta a dar um despacho sobre o moinho e decide aplicar uma verba “até mil cruzados os quaes depois se pagarão do q[ue] render o moinho” (AH CB, NNG 678 f. 15).
- 11 Em Setembro desse mesmo ano ainda outro documento: um contrato com Afonso Pires, mestre do engenho de ferro, também existente na zona, para produzir o metal para a construção do moinho de papel e que custou “quarenta mil réis em dinheiro de contado” (ADE Notariais de V. V., livro 96, f. 152 e 153).
- 12 Cerca de um ano depois, a 3 de Agosto de 1637, já com o edifício construído, o Duque de Bragança celebra um contrato com Francisco Ortiz de Montesinhos, mestre do engenho de papel, com todas as condições para poder laborar e o pessoal “técnico” que era necessário contratar (quatro oficiais) (ADE, Notariais V.V. livro 96, f. 177 a 179).

- 13 Durante os Invernos de 1638-39 e 1639-40 podemos supor que o moinho funcionou, mas a 2 de Agosto de 1640 (ADE, Notariais V.V., livro 105, f. 19 a 21) o moinho foi arrendado a João Martins, ainda para produzir papel, talvez “paspolam”, por 26 000 réis (sendo vinte e quatro mil pelo moinho e dois mil pelo ferragial). Não se sabe o que resultou deste arrendamento, mas as condições eram rígidas. O rendeiro seria obrigado a custear as reparações e não poderia pedir escusa do pagamento “por estrelidade das sequas que ouver ou demaziadas agoas ou qualquer outro caso fortuito...”.



O MOINHO DE PAPEL EM 1960.



O MESMO EDIFÍCIO EM 2008.

- 14 O ducado de D. João II foi também importante para a história da Imprensa no nosso país, pois foram impressos dois livros em Vila Viçosa, em 1635 e 1636, tendo o primeiro como local: “Em Vila Viçosa No Paço do Duque”.
- 15 A partir de 1641, tendo o Duque sido aclamado D. João IV Rei de Portugal, o engenho e o ferragial passam a ser arrendados como “a courelinha do moinho de papel” por dois mil réis. A renda foi crescendo até ao século XIX, quando a Casa de Bragança vendeu a terra e o edifício em ruínas. O acontecimento está bem documentado e tem a respectiva correspondência na realidade, tal como ainda hoje se observa.
- 16 Todavia, cerca de duzentos anos depois, o Arquivo Histórico da Casa de Bragança volta a surpreender-nos com documentação de interesse para a história do papel em Portugal e ainda sobre outra fábrica.
- 17 Em 18 de Julho de 1823, por ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Sua Majestade ordenou que baixasse à Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança um

requerimento para a Junta consultar quem estendesse e depois voltasse à sua Real Presença como Administrador da Casa de Bragança.

- 18 Nesse requerimento (AHCB, NG 21 – A3), consta que Francisco Roure, “propondo-se estabelecer hum Fábrica de Papel no sitio do Prado, próximo a Villa de Thomar, mandando vir de Génoua hum Mestre e sua família todos operários da dita manufactura com grande desembolço seu afim de conseguir que na mesma Fábrica se manufacture bom papel, para a laboração della se fazem necessárias madeiras tanto para a construção dos Edifícios como para a das Maquinas necessárias ...”. Esclarece ainda o documento que nas zonas mais próximas não há madeira boa para o efeito e “só o pinhal de Ourém é de muito boa qualidade”, acrescentando que “a Fábrica é de grande Utilidade para o Reyno”.
- 19 Por tudo isso, o requerente pedia que lhe fosse concedido retirar trezentos pinheiros da referida mata e assim conseguir dar andamento a tão importante obra.
- 20 A consulta prossegue o seu caminho e passa pelo Desembargador Procurador da Fazenda que por sua vez a faz seguir para o Corregedor da Comarca.
- 21 A resposta final demora muitos meses. E entretanto, em Julho de 1824, dá-se um incêndio no pinhal. Faz-se uma arrematação pública de toda a parte ardida, onde se incluem pinheiros já assinalados para o requerente Francisco de Roure. Esta arrematação tem de ser rápida para a madeira poder ainda ser aproveitada. Apesar da dificuldade da situação, a 6 de Setembro de 1824 surge um parecer favorável da Junta que afirma não haver prejuízo para a Fazenda e “assim V. M. pode animar hum estabelecimento que pode ser de utilidade pública”.
- 22 No entanto, por novo Aviso de 20 de Setembro de 1824, o processo inicia-se outra vez tendo uma resolução muito mais rápida, a 10 de Dezembro, mas agora com parecer negativo. Já assinado pelo Rei, o despacho que conclui o processo tem a seguinte redacção: “Não tem lugar a pretensão do suplicante. Palácio do Alfeite, 30 de Dezembro de 1824.”
- 23 Este episódio teve um despacho negativo para Francisco de Roure, mas vem trazer alguma luz sobre a data e o proprietário da Fábrica do Prado, tal como é assinalado pela Dra. Ana Maria Bandeira, ao referir-se a Henrique Roure Pietra que funda a fábrica em Tomar, no ano de 1836.
- 24 Gostaríamos agora de apresentar algumas marcas de água cuja investigação foi fundamental para podermos datar várias espécies quer impressas quer manuscritas. Começamos por um incunábulo espanhol que julgamos ser espécie única conhecida e sobre a qual escrevemos em 2001, quando se realizou na Biblioteca Nacional um encontro sobre o Livro Antigo Português e Espanhol.
- 25 *Exposicion del Pater Noster / por el obispo de salamanca [Diego Deza]. – [Sevilha: Estanisla Polono, 1496?]*
- 26 Quer pela indicação de “Reyna christianissima” e não “Rainha Católica”, título concedido a partir de 1496; quer pela identificação de Diego Deza “por el obispo de salamanca” entre 1494 e 1496; quer ainda pelo cargo que está no título: “capellan-mayor del príncipe”, sabemos tratar-se de D. Juan, que morreu em Outubro de 1497. Tudo ajudava à identificação do Autor, mas a marca de água B-11.164 permitiu assinalar a data de 1495, após a qual a obra pôde ser impressa.



B-11164. Marca de água do papel usado na espécie em estudo.

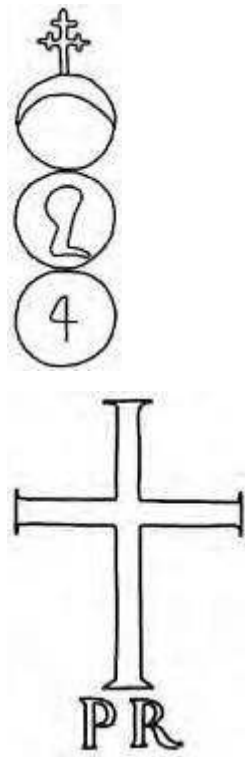


MARCAS DE ÁGUA DOS SÉCULOS XVI E XVIII, COM O ESCUDO DE PORTUGAL.

- 27 A marca com a coroa sobre o escudo de Portugal no Res. Ms. I da B.D.M. II, referida também pelo Prof. Artur Anselmo e pelo Prof. Aires do Nascimento, pode ter sido feita em Alcobaça, ou no estrangeiro por encomenda, tal como aconteceu no século XVIII.
- 28 Outra espécie cuja marca de água foi determinante para a sua datação é a resposta de Gualter Hadon a Jerónimo Osório, a propósito da carta do bispo de Silves à Rainha Isabel I de Inglaterra, escrita em 1562. A marca de água B-1122 indica ser de Avalon, com data a partir de 1564, o que já foi também corroborado pelo Dr. António Guimarães Pinto, tradutor de vários textos de Osório. Assim, a resposta de Gualter Hadon só pode ter sido impressa depois de 1564.
- 29 Datámos com mais segurança outra espécie: o BDM II 615 com o número 593 do Catálogo dos impressos dos séculos XV e XVI da BDM II.
- 30 Para culminar esta pequena série de identificações, devemos referir o catálogo de manuscritos da BDM II, cuja ordenação cronológica foi muitas vezes determinada pelas marcas de água.
- 31 O número 150 – “Breve compendio do que pertence ao aparelho de qualquer nau ou fragata...” – não tem qualquer data que identifique quando foi elaborado. Todavia a marca de água G – 185 permite apontar 1760 como o ano a partir do qual se considera possível a sua elaboração.



H-303. Exemplos de marcas de água de “Manuscritos da BDM II”.



G-185. Marca de água do número 150 do catálogo.

- 32 O último ponto que deixaria ficar nesta curta exposição diz respeito à possibilidade de criarmos um “corpus” com as marcas de água de papéis importados até ao século XVIII, já levantadas, identificadas e datadas por vários historiadores: A. M. Bandeira, M. J. Santos, H. Castro, Ataíde e Melo, etc.
- 33 Seria um manual simples com desenho, identificação e data, o que permitiria aos investigadores estarem seguros da datação dos documentos e da ordem dos factos aí relatados.
- 34 BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *Pergaminho e Papel em Portugal: Tradição e conservação*, Lisboa, CELPA, 1995.
- 35 BRIQUET, Charles Moïse, *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier*, Leipzig, Verlag Von Karl W. Hiersemann, 1923, 2.^a ed. 4 vols.
- 36 GAUDRIAULT, Raymond, *Filigranes et autres caractéristiques des papiers fabriqués en France aux XVII e XVIII siècles*, Paris, C.N.R.S. Éditions, J. Telford, 1995.
- 37 HEAWOOD, Edward, *Watermarks Mainly of the 17th and 18th Centuries*, Hilversum (Holland), The Paper Publication Society, 1950.
- 38 MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O Papel como Elemento de Identificação*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- 39 RUAS, João, “Duas espécies da Biblioteca de D. Manuel II”, *Leituras* n.º 9-10, 2001/2002, pp. 269-275.
- 40 RUAS, João, *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II*, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2006.

- 41 SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séc. XVIII e XIX)*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997.
- 42 VITERBO, Sousa, “Artes industriaes e indústrias portuguesas: o papel”, *O Instituto*, nº 50, 1903, pp. 555-563.
- 43 VITERBO, Sousa, *Estudo sobre Damião de Goes*, Coimbra, Impressão da Universidade, 1900.
-

RESUMOS

Este artigo refere documentação sobre duas fábricas de papel em Portugal (séculos XVII e XIX) e reafirma a importância do estudo de marcas de água a partir de exemplos em que a sua identificação foi decisiva para datar diversos livros dos séculos XV, XVI e XVIII.

This article refers documentation on two paper mills in Portugal (17th and 19th centuries) and reaffirms the importance of the study of watermarks from examples in which the identification was decisive to date several books of the 15th, 16th and 18th centuries.

ÍNDICE

Keywords: paper, watermarks, paper mills, printed book

Palavras-chave: papel, marcas de água, moinhos de papel, livro impresso

AUTOR

JOÃO RUAS

Bibliotecário-arquivista.

Arquivista e estudioso da história do papel e dos documentos manuscritos, trabalhou no Paço Ducal de Vila Viçosa. Publicou, entre outros textos, *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (2005), *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II* (2006) e *Os Dois Pelicanos* (2009).

Archivist and specialist in the history of paper and manuscript documents, he has worked in the Paço Ducal de Vila Viçosa. He has published, among other texts, *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (2005), *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II* (2006) and *Os dois pelicanos* (2009).